

**CRISE ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: o caso brasileiro a partir de 2007-2008.**

**Amarayna Minelly Sousa Oliveira<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo tece algumas considerações sobre crise econômica e os efeitos que recaem sobre o mercado de trabalho no âmbito brasileiro a partir de 2007-2008. A discussão perpassa por uma contextualização da principal crise ocorrida no século XX, conhecida como a Grande Depressão de 1929 e suas consequências para a economia e mercado de trabalho na época. Em 2007 ocorreu a crise do *subprime* nos Estados Unidos, que se tornou uma crise financeira internacional e importante desencadeamento para a compreensão da crise de 2008. Em seguida são feitas exposições sobre a crise de 2008, em como o Brasil se comportou durante o período, e principalmente, em como o mercado de trabalho reagiu diante dos efeitos que a crise causou, com uma atividade econômica sofrendo declínio, produzindo cenários de precarização da condição de vida da população, desemprego e diminuição da capacidade de consumo.

Palavras-chave: Crise econômica, Mercado de trabalho e Desemprego.

**ABSTRACT**

This article presents some considerations about the economic crisis and the effects on the Brazilian labor market from 2007-2008. The discussion goes through a contextualization of the main crisis in the twentieth century, known as the Great Depression of 1929 and its consequences for the economy and the labor market at the time. In 2007 the subprime crisis occurred in the United States, where it became an international financial crisis, an important trigger for the understanding of the crisis of 2008. Following are made expositions about the crisis of 2008, in how Brazil behaved during the period, and especially on how the labor market reacted to the effects of the crisis.

Keyword: Economic Crisis, Labor Market and Unemployment.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA). [amaraynasousa@outlook.com](mailto:amaraynasousa@outlook.com)

## **1 INTRODUÇÃO**

O século XX é marcado por uma das maiores crises da história. A Grande Depressão de 1929 foi suscitada por conta de um descompasso entre oferta e demanda de bens na economia americana, como resultado de um crescimento desproporcional da oferta.

A crise de 1929 também ficou conhecida como crise de superprodução, pois houve produção em grande quantidade, e em contrapartida não havia comprador. As empresas começaram a parar suas produções, e conseqüentemente, passaram a demitir funcionários, ocasionando elevadas taxas de desemprego e crescimento da pobreza.

No início século XXI, uma nova crise de grande proporção se alastra pelo mundo, desencadeada por acontecimentos ocorridos no mercado financeiro americano. Em meados de 2007 ocorreu nos Estados Unidos, a chamada crise do *subprime*. Esta se tornou uma crise financeira internacional, cuja origem girava em torno da liberalização financeira, e cujos efeitos se apresentaram em nível mundial.

Em 2008 com a crise financeira, houve queda na expansão da produção, acarretando em mais demissões do que contratações. Trabalhadores perderam empregos e novos ingressantes no mercado de trabalho não tiveram oportunidades de inserção. A consequência foi a elevação da taxa de desempregados, interrompendo a trajetória de queda do desemprego no Brasil.

Considerada a pior crise desde a Grande Depressão, Silva; Neto (2014) dizem que os efeitos da crise, principalmente nos países desenvolvidos, puderam ser vistas nas altas taxas de desemprego, formas precárias de inserção no mercado de trabalho e estagnação do crescimento da produtividade da mão-de-obra e aumento do desalento, especialmente da população jovem (p. 266).

Nesse sentido, este presente artigo tem o intuito de fazer uma abordagem sobre crise econômica e mercado de trabalho no contexto mundial, mostrando seu comportamento, quanto às causas e conseqüências. Em seguida, serão abordadas algumas compreensões acerca da crise de 2008 no Brasil, fazendo alusão às principais causas e os efeitos sobre o mercado de trabalho.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

## **2 CRISE ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO**

De acordo com Shaikh (1983), crise significa um conjunto de falhas nas relações econômicas e políticas da reprodução capitalista. Sendo assim, é da natureza da produção capitalista estar constantemente exposta a uma variedade de distúrbios e deslocamentos gerados interna e externamente, embora seja somente em certos momentos que esses "choques" provocam crises gerais. Quando o sistema está sadio, ele se recupera rapidamente de todos os tipos de recaídas; quando está doentio, praticamente qualquer coisa pode disparar o seu colapso (SHAIKH, 1983, p. 05).

As crises que ocorrem no sistema capitalista podem ser ocasionadas principalmente pela superprodução. Mollo exemplifica isso dizendo que:

[...] enquanto no feudalismo, por exemplo, as crises eram de escassez de produtos que se explicitavam em fome e doenças que se alastravam na sociedade, no capitalismo os problemas de fomes, doenças e precariedades de toda ordem decorrem da impossibilidade de venda de mercadorias por valores que cubram o custo de produção com o lucro habitual (MOLLO, 2015, p. 52).

Com isso, o que acontece no sistema capitalista é a geração de uma grande quantidade de mercadorias que não são vendidas, que por sua vez, pode contrariar a reprodução do capital ou a produção de uma interrupção no processo de acumulação, que conseqüentemente gera uma crise.

Um questionamento feito por Harvey (2011) sobre por que o capitalismo gera crises periódicas, também é uma dúvida de muitos. Como ele mesmo coloca, é necessário primeiro compreendermos como o capitalismo funciona, em como ele sobrevive e em como é tão propenso às crises. Para tanto, algumas questões iniciais precisam ser esclarecidas.

Em primeiro lugar é preciso ter o entendimento de que “o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” (HARVEY, 2011, p. 41). Aqueles que põem esse processo em movimento assumem identidades diferenciadas e são chamadas de capitalistas. Dentre estes se destacam:

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**

## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Os capitalistas financeiros se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros. Os capitalistas comerciantes compram barato e vendem caro. Os proprietários cobram aluguéis porque a terra e os imóveis que possuem são recursos escassos. Os rentistas ganham dinheiro com royalties e direitos de propriedade intelectual. Comerciantes de bens trocam títulos (por ações e participações, por exemplo), dívidas e contratos (incluindo seguros) por um lucro. Até mesmo o Estado pode atuar como um capitalista, por exemplo, quando usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas em impostos (HARVEY, 2011, p. 41).

O capital industrial ou de produção passou a dominar no século XVIII como a principal forma de circulação de capital. Harvey (2011) explica esse processo dizendo que ao iniciar o dia o capitalista possui certa quantidade de dinheiro, e após selecionar uma tecnologia e uma forma organizacional, compra no mercado as quantidades de força de trabalho e meios de produção necessários, como matérias-primas, instalações físicas, produtos intermediários, máquinas, energia e assim em diante. A força de trabalho é combinada com os meios de produção por um processo de trabalho ativo realizado sob a supervisão do capitalista. O resultado é uma mercadoria que é vendida no mercado por seu proprietário, o capitalista, por um lucro (HARVEY, 2011, p. 41). Esse processo se repete no dia seguinte, só que agora com a porção de ganhos do dia anterior, convertida em capital novo e inicia o processo novamente em uma escala expandida.

Harvey (2011) exemplifica também o setor de serviços e entretenimento, embora seja um pouco diferente do anterior porque o processo de trabalho (cortar o cabelo ou divertir a massa) é em si a mercadoria a ser vendida, portanto não há intervalo de tempo entre a produção e a venda da mercadoria (embora possa haver muito tempo de preparação envolvido) (p.42).

É importante que o fluxo de circulação de capital tenha continuidade, pois o processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. Há também a questão da velocidade da circulação, que recebe fortes incentivos para a sua aceleração, beneficiando aqueles que podem se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital, pois tendem a acumular lucros superiores aos de seus concorrentes. A aceleração quase sempre leva a maiores lucros. As inovações que ajudam a acelerar as coisas são muito procuradas. Nossos computadores, por exemplo, estão se tornando mais e mais rápidos (HARVEY, 2011, p. 42).

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Para Harvey (2011) essa circulação do capital é necessária, caso contrário, a falta de movimento a longo prazo prenuncia uma crise do capitalismo. A geografia histórica nos mostra os seguintes exemplos de como essa falta de circulação de capital gerou a superacumulação.

[...] alguns locais e de curta duração (como a queda dos bancos suecos em 1992), outras em uma escala um pouco maior (a recessão de longa data que aflige a economia japonesa desde 1990 aproximadamente) e outras vezes tomando todo o sistema e, mais tarde, o globo (como em 1848, 1929, 1973 e 2008) (HARVEY, 2011, p. 45).

Numa crise de grande proporção, uma quantidade significativa de capital é desvalorizada. Essa desvalorização pode ocorrer de várias formas, como por exemplo, fábricas desertas e abandonadas; áreas de escritório e lojas de varejo vazias; mercadorias excedentes que não podem ser vendidas; dinheiro que fica ocioso sem ganhar nenhuma taxa de retorno; declínio dos valores de ativos e ações, terras, propriedades, objetos de arte etc. (HARVEY, 2011, p. 45).

A crise de 1929 ficou conhecida como a Grande Depressão na história da humanidade, isso se deu porque os Estados Unidos tinham uma elevada demanda externa. Estavam produzindo muito e exportando para o principal consumidor de seus produtos, que era a Europa. Contudo, com o fim da guerra, a indústria europeia começa a se recuperar e a necessidade de importar os produtos começam a diminuir, passando a comprar menos dos EUA.

A crise de 1929 se iniciou, segundo diferentes analistas, por um descompasso entre oferta e demanda de bens na economia americana, como resultado de um crescimento desproporcional da oferta, dado um elevado volume de investimentos num clima de euforia que refletia nas bolsas de valores; **e quando tudo veio abaixo numa economia que respondia por algo em torno de 40% da economia e do comércio mundial, o mundo não resistiu e o conjunto de nações sentiu o amargor de uma das maiores crises econômicas dos tempos modernos – e certamente a mais devastadora** (grifo do autor) (MUNHOZ, 2009, p. 73).

Essa crise também ficou conhecida como crise de superprodução, pois havia muito produto, mas não havia comprador. As empresas pararam, conseqüentemente passaram a demitir funcionários, o que teve como consequência altas taxas de desemprego e crescimento da pobreza.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



A relação capital-trabalho sempre tem um papel central na dinâmica do capitalismo e pode estar na origem das crises. Mas hoje em dia o principal problema reside no fato de o capital ser muito poderoso e o trabalho muito fraco, não o contrário (HARVEY, 2011, p. 61).

[...] as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável (HARVEY, 2011, p. 65).

Nessa compreensão de Harvey (2011) as racionalizações que são feitas e os rumos que elas estão tomando, definirá não apenas a forma de saída de uma crise, mas em como será o capitalismo no futuro. Para ele sempre haverá opções em tempos de crises e as escolhas devem ser feitas dependendo criticamente da relação das forças de classe e das concepções mentais sobre o que poderia ser possível.

O desemprego e o crescimento da pobreza ocasionados por uma crise são sempre catastróficos para os trabalhadores. Ao aumento considerável da força de trabalho inativa, Marx (1985) chama de “exército industrial de reserva”, que é um dos condicionantes necessários para a reprodução e a expansão do capital.

[...] uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 1985, p. 858).

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Além de fazer parte do exercito industrial de reserva, a massa da população deve possuir alguns comportamentos exigidos para que o capital não enfrente obstáculos à acumulação contínua. A força de trabalho é uma mercadoria no mercado e a massa da população tem sido colocada em uma posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver (HARVEY, 2011, p. 55).

A lógica capitalista age visando sempre sua preservação. Os capitalistas administram a oferta de trabalho de várias formas, dentre elas por meio das tecnologias da economia do trabalho e as inovações organizacionais que mandam as pessoas para fora do trabalho e de volta à reserva industrial. Harvey (2011, p. 56) diz que isso resulta em “um exército flutuante” de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente sobre os salários. O capital manipula simultaneamente a oferta e a demanda de trabalho.

A teoria da crise por “esmagamento dos lucros” foi criada por alguns marxistas e é uma teoria distinta da formação da crise com base em obstáculos à oferta de trabalho adequado, porque se coloca no problema perpétuo das relações de trabalho e da luta de classes, tanto no processo quanto no mercado de trabalho (HARVEY, 2011, p. 60). Isso acontece quando essas relações representam um obstáculo à acumulação do capital onde desencadeia uma crise. Porém, se alguma medida for tomada em benefício do capital, ele pode superar ou contornar essa barreira (HARVEY, 2011).

Como podemos perceber quando uma crise econômica acontece, a atividade econômica sofre um declínio e são produzidos cenários de precarização da condição de vida da população, desemprego e diminuição da capacidade de consumo.

### 3 OS EFEITOS DA CRISE A PARTIR DE 2007-2008 PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Em meados de 2007 vem à tona nos Estados Unidos a chamada crise do *subprime*, na qual se tornou uma crise financeira de cunho internacional, trazendo consigo questionamentos acer-

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Observatório do  
Mercado de Trabalho  
do Maranhão

ca da liberalização financeira (LIMA; DEUS, 2013). De acordo com as autoras o termo *subprime* advém do excesso de crédito a tomadores que não apresentavam garantias reais. Para melhor compreensão, elas continuam expondo que:

A liberalização financeira corresponde, de maneira geral, à desregulamentação do setor bancário, à livre mobilidade de capitais entre os países, à difusão das inovações financeiras. Esta última faceta da liberalização financeira apresenta relevância substancial no desenrolar da crise financeira de 2008 [...] (LIMA; DEUS, 2013, p. 53).

Num país periférico como Brasil, as consequências sociais e econômicas negativas são muitas vezes camufladas sob um discurso de imunidade econômica, pelo fato de estarmos pouco expostos ao mercado hipotecário dos EUA (SILVA, 2015, p. 43). Silva ainda diz que por conta do entrelaçamento entre finanças e capital produtivo, e da própria natureza da globalização financeira, os efeitos da crise foram disseminados por todos os países capitalistas.

De acordo com Pochmann (2009, p. 62), o Brasil registrou uma importante inflexão na trajetória socioeconômica que vinha sendo percorrida desde a crise da dívida externa (1981 – 1983). Para ele, ao longo do século XX, o pior desempenho econômico e social ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990, pois nesse período a renda *per capita* manteve-se praticamente estagnada, a distribuição da renda nacional tornou-se ainda mais concentrada, a inflação atingiu patamares inaceitáveis, o endividamento público era crescente e a inserção internacional foi regressiva (POCHMANN, 2009, p. 62).

Três períodos distintos marcam a trajetória recente da economia brasileira. Segundo Michel (2009),

O período entre 1994 e 2003 foi marcado pelo êxito no processo de estabilização monetária inaugurado pelo Plano Real, mas caracterizado por baixas taxas de crescimento do produto. O período inaugurado em 2004 marcava a possibilidade de estarmos entrando, depois de muitos anos, em um novo círculo de crescimento econômico, com os reflexos positivos desse movimento sobre o comportamento do mercado de trabalho. A crise financeira internacional em alguma medida colocou em xeque o movimento de retomada, exigindo uma agenda macroeconômica cujo principal objetivo é impedir que os canais de transmissão da crise afetem/limitem o bom momento que vivíamos até o terceiro trimestre de 2008 (p.171).

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Como vimos, a crise econômica de 2008 começou a dar sinais desde meados de 2007 a partir de acontecimentos ocorridos no mercado financeiro americano. Todavia, as crises econômicas influenciam não só a economia, mas também a sociedade como um todo, pois provocam mudanças que interferem na história da humanidade.

Enquanto nos Estados Unidos a crise econômica ganhava força e seus efeitos catastróficos se espalhavam, o Brasil não demonstrou preocupação uma vez que mantinha seu crescimento. Porém, em meados do ano de 2008, especialmente em setembro, apareceram os primeiros sintomas da crise no Brasil (PEREIRA; PEREIRA, 2013, p. 58).

De acordo com Pochmann (2009) a crise internacional fez o PIB do Brasil em outubro de 2008 cair mais de 4%. O setor industrial, com redução de 11,6% nesse mesmo período de tempo, foi o principal responsável pela inflexão na evolução do PIB, uma vez que o setor agropecuário registrou leve expansão de 0,6% e o setor terciário cresceu 4,2% (POCHMANN, 2009, p. 42).

Diante da queda na expansão da produção, as demissões cresceram acima das contratações, fazendo que trabalhadores perdessem empregos e novos ingressantes no mercado de trabalho não tivessem possibilidades de trabalhar. A consequência tem sido a elevação da taxa de desempregados, interrompendo a trajetória de queda no desemprego no Brasil (POCHMANN, 2009, p. 42).

Essa discrepância entre demanda e oferta por trabalho expressa o crescimento recente do desemprego no Brasil metropolitano, cuja determinação encontra-se associada à recessão na economia nacional. Contudo, Pochmann (2015, p.15) vai dizer que apesar da crise de dimensão global ter tido início em 2008, no Brasil metropolitano a taxa de desemprego já apresentava queda desde 2004 e se perpetuou até 2014.

Conforme Pochmann (2009, p. 63) são destacados três principais vetores de transmissão da crise externa no Brasil.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Observatório do  
Mercado de Trabalho  
do Maranhão

O primeiro refere-se à drástica contenção do crédito internacional que atingiu fortemente o setor produtivo doméstico, especialmente as empresas produtoras de mercadorias de maior valor unitário e dependentes de financiamentos (bens de consumo durável e de capitais). O segundo vetor diz respeito ao encolhimento do comércio externo que impacta diretamente parcela do setor produtivo comprometido com o atendimento da demanda oriunda de exportações. O terceiro vetor de transmissão da crise internacional deriva das decisões das matrizes das grandes corporações transnacionais, responsáveis pelo reposicionamento mais contido das filiais em operação no Brasil.

Frente a isso, o governo brasileiro buscou dar respostas imediata em dois níveis principais. O primeiro, no sentido de atender mais à emergência dos efeitos ocasionados pela crise, que tem sido por meio de medidas tradicionais de natureza anticíclica. Os principais exemplos como são:

[...] a flexibilização das políticas fiscais e monetárias (ampliação da liquidez, queda nos juros, subsídios e isenções tributárias), ajuda a setores econômicos em dificuldades, apoio às famílias pobres e a trabalhadores ocupados (ampliação do programa Bolsa Família e elevação do salário mínimo), entre outras (POCHMANN, 2009, p. 63).

O segundo nível de medidas que o governo implementou é de caráter inovador, pois tem comprometimento com o médio e longo prazos da economia nacional. Tratava-se de ações convergentes com o propósito maior de sustentação do ciclo de investimentos que acompanhava o Brasil (POCHMANN, 2009). Para isso foram observados:

[...] a priorização dos recursos orçamentários para ações do Plano de Aceleração do Crescimento e reforço financeiro ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social para suprir dificuldades de capital de giro de empresas e, fundamentalmente, fortalecer os investimentos em energia e infra-estrutura, bem como o apoio à reestruturação patrimonial dos grandes grupos econômicos privados em operação no Brasil (POCHMANN, 2009, p. 63-64).

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



É importante frisar que os bancos tiveram papel crucial nesse contexto, pois um dos principais fatores que conteve a proliferação dos efeitos da crise no Brasil foi a atuação anticíclica dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa e BNDES), que evitaram uma redução maior da oferta do crédito, em consequência da contração dos bancos privados e da saída de recursos estrangeiros (SILVA, 2015, p. 46). Em contrapartida, os bancos privados, diante de uma crise econômica, tendem a reduzir suas ofertas de crédito como precaução contra prejuízos (SILVA, 2015).

Contudo, a crise financeira de 2008, assim como anteriores, expressa não um abalo inesperado, mas o fim de um ciclo que evidencia as contradições do próprio sistema (SILVA, 2015, p. 34). Ou seja, a crise pode se tornar um momento de decisão, sem necessariamente comprometer a estrutura do capitalismo. Este pode ser um momento, onde novas formas e mecanismos de produção poderão alcançar novas fases de acumulação. E quando ocorrer essa transformação, o capitalismo pode se tornar mais forte, aprofundando suas estratégias de exploração e reprodução (SILVA, 2015).

Como vimos, a crise financeira internacional refletiu na economia brasileira e também no mercado de trabalho. De acordo com Michel (2009) foi divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, coletados no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), que a partir do final de setembro de 2008 houve uma mudança na trajetória anual do número de postos de trabalho criados/destruídos.

Michel (2009) diz que quando é feita uma comparação entre as curvas de 2007 e 2008, fica mais clara a percepção dos impactos da crise sobre o mercado de trabalho.

Enquanto em outubro de 2007 foram criados 205.260 novos postos, em 2008, para igual mês, esse número foi de apenas 61.401. A partir do mês de novembro a comparação aparece bastante desfavorável para o ano de 2008, com destaque para o mês de dezembro quando, apesar de ser um mês tradicional de redução de emprego formal no mercado de trabalho, foram destruídos mais de 600.000 postos de trabalho com carteira assinada. Na tendência sazonal, janeiro é um mês de recuperação, porém, diante da crise, em janeiro de 2009 apenas destruíram-se menos postos de trabalho que em dezembro de 2008, ou seja, o saldo ainda persistiu negativo em 101.745 empregos. Em fevereiro, após três meses de resultados negativos, o saldo de empregos formais voltou a ser positivo, sendo criados 9.179 empregos com carteira assinada e em março foram criados quase 35.000 empregos formais (p. 178-179).

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Além disso, dentre os setores empregadores diante da crise financeira internacional comparando o período janeiro/2008 a agosto/2008 (pré-crise) com o período setembro/2008 a janeiro/2009 (crise), a administração pública é aquela dentre os quatro maiores empregadores que não convive com os efeitos nocivos da crise sobre os indicadores de ocupação (MICHEL, 2009, p. 180). Ainda para este autor, apesar de reconhecer que tal constatação se explica em parte pela rigidez que caracteriza os contratos desse setor, ele identifica que a administração pública acaba desempenhando um papel anticíclico diante dos problemas que a crise gera no mercado de trabalho.

É necessário enfatizar que a realidade brasileira até o início da crise, sua economia estava apresentando capacidade de compatibilizar um forte crescimento com equilíbrio externo e inflação sob controle. É razoável crer que a reversão do atual momento possibilitará uma retomada deste ambiente econômico, capaz de potencializar um comportamento do mercado de trabalho marcado por uma redução da taxa de desocupação e aumento da formalidade (MICHEL, 2009, p. 181).

No contexto atual, Carcanholo (2011, p. 82), diz que o que se vive não é uma nova crise da economia mundial, em função da maior presença do Estado, que deveria, como sempre, ser combatida.

Ao contrário, esta segunda onda da mesma crise – iniciada lá em 2007/2008 – é consequência da natureza de sustentação da lógica do capital fictício que o Estado capitalista promove dentro do capitalismo contemporâneo e, no momento de sua crise, continua aplicando (CARCANHOLO, 2011, p. 82).

A classe trabalhadora sofre impacto dessa nova onda da crise que perpassa pelo aumento do desemprego e da taxa de exploração do trabalho, com resultados que afetam os trabalhadores, por conta da “destinação crescente de recursos públicos para tentar estabilizar os preços dos ativos “podres”, o que significa a redução da parcela de gastos estatais com políticas sociais e por uma forte pressão por ajuste fiscal e reforma tributária” (CARCANHOLO, 2011, p. 82).

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



## CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA



Diante desse cenário, além de atentarmos para os impactos que a crise causou, também devemos olhar para as perspectivas que podem ser postas. Para avaliar esses impactos, é preciso colocar na balança um conjunto de variáveis que abalaram o sistema, os Estados e a sociedade de maneira geral (MUSSE, 2009). Musse complementa dizendo que é preciso pensar em uma nova arquitetura financeira internacional e em um novo papel para o Estado, que não seja somente o de regulador, mas também o de “protetor dos setores mais vulneráveis para garantir um desenvolvimento inclusivo, alcançar níveis crescentes de equidade e sustentabilidade ambiental. Tudo de forma transparente” (2009, p. 167).

### CONCLUSÃO

Este artigo apresentou de forma sucinta a crise econômica e os efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro no contexto da crise de 2008. A princípio foi feita uma contextualização de como se desencadeou a principal crise do século XX, conhecida como a Grande Depressão de 1929, mostrando as causas e os efeitos sobre a população trabalhadora e consequentemente sobre o mercado de trabalho no período. É notório que o sistema capitalista está sempre exposto a uma variedade de distúrbios e deslocamentos gerados interna e externamente, e quando acontecem choques, crises são geradas.

A crise do *subprime* foi a precursora da crise de 2008, na qual, gerou efeitos prejudiciais às economias mundiais. Contudo, nos anos anteriores ao início da crise financeira, o mundo vivia um ciclo de liquidez internacional.

Analisando o contexto brasileiro durante a crise de 2008, para Michel (2009), a economia brasileira, apesar de ter vivenciado um bom momento, acabou sendo contaminada pelos efeitos da crise, com reflexos na trajetória de crescimento e no comportamento do mercado de trabalho. O Estado teve papel significativo na preservação dos postos de trabalho, embora seja pela característica dos contratos nesse setor, é inegável o papel anticíclico da administração pública em períodos de crise.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**





## REFERÊNCIAS

- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v.1, n.3, edição especial, p. 73-84, dez. 2011.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LIMA, Thaís D.; DEUS, Larissa N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. In: *Revista Cadernos de Economia*. – Chapecó: 2013. V. 17, Nº. 32, p. 52-65. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>> Acesso em 09/07/2019.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985 a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).
- MICHEL, Renaut. Economia Brasileira: trajetória recente e o comportamento do mercado de trabalho. In: *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. – Brasília: ANFIP, 2009. p. 200.
- MOLLO, M. L. R.. A crise mundial e suas consequências: um debate teórico. In: *Revista Crítica Marxista*. – São Paulo: 2015, v. 41, p. 51-67.
- MUNHOZ, Dércio G. A fragilidade brasileira na crise pós-subprime. In: *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. – Brasília: ANFIP, 2009. p. 200.
- MUSSE, Juliano Sander. Dissabores da crise financeira: entre ‘marolas’ e ‘tormentas’. In: *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. – Brasília: ANFIP, 2009. p. 200.
- PEREIRA, Luciana G. de F.; PEREIRA, João L. Entendendo a crise econômica mundial. In: *Cadernos Zygmunt Bauman*. – São Luis: 2013, Vol. 3, Nº 6. Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/1959/3011>> Acesso em 04/06/2019.
- POCHMANN, Marcio. A crise internacional e seus efeitos no Brasil. : *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. – Brasília: ANFIP, 2009. p. 200.
- \_\_\_\_\_. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. In: *Estudos Avançados*. – São Paulo: USP, 2015. Vol. 29, Nº 85.

**De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA**



# CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

## 3º ENCONTRO DO



Observatório do  
Mercado de Trabalho  
do Maranhão

\_\_\_\_\_. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. In: Estudos Avançados. – São Paulo: USP, 2009. Vol. 23, Nº 66, p. 41-52.

SHAIKH, A. **Uma introdução à história das teorias de crise.** Ensaio FEE, Porto Alegre, 4(1), p. 5-45, 1983.

SILVA, Gabriela Augusta da. **A atuação do BNDES e a crise do capitalismo contemporâneo: uma análise do período 2005 – 2013.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia política. – Florianópolis: 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169330/337094.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 09/07/2019.

SILVA, Fábio J. F. da; NETO, Fernando de A. F. Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. In: Revista Nova Economia. – Belo Horizonte: 2014. V. 24, Nº 2. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n2/0103-6351-neco-24-02-00265.pdf>> Acesso em 09/07/2019.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

